

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 33 – 28 de maio de 2012

PJe-JT

PJe-JT será apresentado em Encontro Nacional



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove, nesta terça-feira, dia 29 de maio, o I Encontro Nacional sobre Processo Judicial Eletrônico.

O objetivo é propiciar a troca de experiências entre os tribunais que já instalaram o sistema, criado para dar fim aos autos em papel e proporcionar celeridade ao Poder Judiciário.

O desenvolvimento da ferramenta no âmbito da Justiça do Trabalho (PJe-JT) será apresentado pelo desembargador Cláudio Brandão, presidente do Comitê Gestor do PJe-JT. Ele representará o ministro João Oreste Dalazen, que está em viagem oficial. “A Justiça do Trabalho está plenamente envolvida no projeto. As funcionalidades específicas para o processo trabalhista foram desenvolvidas dentro de um planejamento extremamente eficaz, o que, certamente, é exemplo para os outros segmentos”, afirma o desembargador.

Atualmente, 15 tribunais já utilizam a ferramenta, sendo cinco deles na Justiça do Trabalho (2ª Região/SP, 5ª Região/BA, 7ª Região/CE, 10ª Região/DF-TO e 12ª Região/SC). Em junho, o PJe-JT será instalado nas Varas do Trabalho de Luziânia (GO) e Três Rios (RJ), juntamente com o módulo de 2º grau no respectivo TRT (18ª Região/GO e 1ª Região/RJ). Até o fim do ano, a expectativa é que o sistema esteja em funcionamento em 10% das Varas do Trabalho dos 24 TRTs.

Na avaliação do conselheiro José Lúcio Munhoz, presidente da Comissão de Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, o encontro servirá de incentivo à implantação do PJe em todo o Judiciário. “O PJe melhora todo o funcionamento da Justiça, facilitando a vida de todos, magistrado, servidor e jurisdicionado”, conclui.

(Patrícia Resende/CSJT, com informações do CNJ)

Corregedoria da da JT

Presidentes de TRTs recebem medalhas pela implantação do e-Gestão

O Corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Antônio José de Barros Levenhagen, entregou, dia 24 de maio, a medalha Mérito Funcional aos presidentes dos 24 TRTs, pela conclusão da implantação, na

Sustentabilidade na JT



Justiça do Trabalho vai apresentar seus programas de sustentabilidade na Rio+20

Com um estande no Parque dos Atletas, a área reservada para exposições dos Estados-membros das Nações Unidas e do governo brasileiro, o TST e o CSJT vão apresentar ao público

os programas da Justiça do Trabalho relacionados à sustentabilidade na [Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20](#), de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro. Serão mostrados o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), o Programa Trabalho Seguro, o Guia Prático de Compras Sustentáveis e os programas de responsabilidade socioambientais dos órgãos da Justiça do Trabalho. Os programas da Justiça do Trabalho serão apresentados por meio de vídeos, um catálogo e um folder com as informações básicas de cada um. Haverá ainda palestras sobre os temas, nos auditórios reservados aos participantes do encontro.

A Rio+20 é assim chamada porque marca os 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A intenção é que o encontro deste ano contribua para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, por meio da renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável entre as nações integrantes da ONU.

O PJe-JT será mostrado devido às suas características, tais como promover o uso racional e inteligente da tecnologia em prol de uma prestação jurisdicional mais célere, acessível, econômica, eficiente e sintonizada com a preservação ambiental. Além de reduzir drasticamente os gastos com papel e insumos, o PJe substituirá mais de 40 sistemas existentes no Poder Judiciário. Trata-se de uma solução gratuita, em linguagem moderna e segura. Com a interoperabilidade propiciada entre os Tribunais e outros órgãos da Administração Pública, a sociedade contará com uma Justiça mais ágil e organizada. Outro benefício é a acessibilidade. Qualquer pessoa com acesso à internet pode consultar os processos eletrônicos 24 horas por dia.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que emprego verde constitui “Trabalho digno que contribui diretamente para reduzir o impacto ambiental das empresas, dos setores econômicos ou da economia [...] através da redução do consumo de energia e de recursos, reduzindo as emissões, o desperdício e a poluição [...] os empregos verdes têm de ser empregos dignos, que garantam salários adequados, condições de trabalho seguras, segurança no emprego, perspectivas de carreira razoáveis e direitos dos trabalhadores.”

Dessa forma, a segurança e a saúde no trabalho assumem importante figura nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. O estabelecimento de uma economia verde necessita da adaptação de antigos e desenvolvimento de novos empregos a esse modelo. O [Programa Trabalho Seguro](#) contribui para o desenvolvimento dos empregos verdes por meio da inclusão e o desenvolvimento social, juntamente com a proteção ambiental, ao promover locais de trabalho mais seguros e saudáveis, aptos a proporcionar trabalho digno a todos.

O Guia Prático de Compras Sustentáveis, que será lançado durante a Rio+20, estabelece que as contratações e compras dos órgãos da Justiça do Trabalho devem seguir as regras estabelecidas pelo documento. Para o presidente do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, a medida representa uma garantia constitucional, e estabelece compras e contratações de serviços com o menor custo social e ambiental. A nova forma de compra representa a adequação do Poder Público ao consumo sustentável. A proposta mais vantajosa para a administração deixa de ser apenas a de menor preço, mas a que tiver o menor impacto para o planeta e a sociedade. Veja [aqui matéria sobre a aprovação do Guia](#), dia 25 de maio.

Há anos os órgãos da Justiça do Trabalho – TST, CSJT e os 24 Tribunais Regionais – vêm incorporando os cuidados com o meio ambiente externo e interno em sua prática diária, por entender que os órgãos públicos consomem e geram resíduos, se relacionam com outras partes, possuem relações de trabalho, impactam o meio ambiente e as relações sociais. Desta forma, muitas têm sido as ações tomadas para minimizar os impactos negativos desta atuação e maximizar os positivos. Tais projetos, que englobam de medidas para economia de energia às de cunho social, por exemplo, também serão mostradas na Rio+20.

(Marta Crisóstomo/TST)

Segunda Instância, do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão). A solenidade foi realizada no TST, quando também houve a entrega do certificado "Mérito Funcional" aos integrantes dos Comitês Regionais e do Comitê Nacional do e-Gestão.

O ministro agradeceu o empenho e o trabalho de todos no desenvolvimento e na implantação do sistema e disse que a medalha e o certificado são uma "forma de reconhecimento aos esforços empreendidos pelos grupos envolvidos neste projeto de tamanha envergadura e importância". Ele lembrou que os dados estatísticos da Justiça do Trabalho anteriormente eram coletados de forma manual, e que agora são processados eletronicamente, com a possibilidade de elaboração de relatórios atualizados e em tempo real. Levenhagen informou ainda que o e-Gestão permitiu a realização da primeira correição totalmente eletrônica, ocorrida no TRT da 24ª Região (MS).

No dia anterior, foi realizada reunião técnica do e-Gestão para a preparação da terceira das quatro etapas de implantação do sistema na Primeira Instância da Justiça do Trabalho.

(Augusto Fontenele/TST)



O Corregedor-geral da Justiça do Trabalho, Barros Levenhagen, entrega a medalha Mérito Funcional aos presidentes dos TRTs

Fale com o presidente

caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 33 – 28 de maio de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

Notícias



Acesso à Informação

TST é o primeiro Tribunal a regulamentar lei de acesso à informação

O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, assinou, no dia 15 de maio, o **Ato que criou o Serviço de Informação do Cidadão (SIC)**, atendendo ao disposto na **Lei 15.527/2011**, conhecida como Lei de Acesso à Informação. O TST foi o primeiro tribunal a criar esse serviço, no âmbito do Poder Judiciário. De acordo com a nova regra, que entrou em vigor dia 16 desse mês, órgãos e entidades públicas têm de "assegurar o direito de acesso à informação, proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão".

O SIC permitirá que qualquer pessoa física ou jurídica possa consultar informações de seu interesse, seja via formulário no **site do TST**, por correspondência à Ouvidoria do Tribunal (Setor de Administração Federal Sul (SAFS) - Quadra 8 - Lote 1 - Edifício Sede do TST – Bloco B, 5ª Andar, Sala 526, Brasília/DF, CEP 70070-600), ou pessoalmente, das 9h às 18h, no mesmo endereço. Não é necessário justificar os motivos para o pedido e o fornecimento é gratuito, salvo se houver necessidade de reprodução de documentos, situação em que será cobrado o custo da cópia. O valor não será exigido das pessoas cuja situação econômica não lhe permita dispor da quantia.

Caberá à Ouvidoria do TST receber, registrar, controlar e responder aos pedidos de informação, preferencialmente por meio eletrônico. O prazo entre o recebimento do pedido e a resposta será de 20 dias, não podendo ultrapassar os 30 dias.

(Augusto Fontenele e Marta Crisóstomo/TST)

Semana da Execução trabalhista terá sistema adaptado para geração de estatísticas

O Sistema de Conciliação do CNJ foi adaptado para que os juízes do Trabalho possam anotar dados que serão usados para gerar estatísticas da 2ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, de 11 a 15 de junho.



Os formulários, que ficam hospedados no **site do CNJ**, vão registrar informações como o número de audiências de acordo de execução agendadas e realizadas no 1º e 2º Grau, a quantidade acordos efetuados nas duas instâncias, os valores de tais acordos, dos impostos recolhidos, o número de partes atendidas e de participantes na Justiça do Trabalho (desembargadores, juízes, servidores etc). Também serão apurados dados relativos ao leilão nacional de bens apreendidos, que será realizado no último dia do evento, como duração em número de dias, quantidade de leilões presenciais e virtuais, valor e quantidade dos bens oferecidos e apreçados, e o montante total arrecadado.

De acordo com o juiz auxiliar da presidência do TST, Marcos Fava, coordenador nacional do projeto, o canal do CNJ já é conhecido pelos Tribunais, porque é utilizado mês a mês para envio da produção 'ordinária', facilitando o trabalho.

A 2ª edição da Semana da Execução vai, mais uma vez, incentivar a participação de empregados e empregadores, e mobilizar magistrados e servidores para que seja solucionado o maior número possível de execuções. Os TRTs seguirão as determinações contidas no **Ato nº 195/2011 do CSJT**, que instituiu a Semana. Na **página oficial da Semana da Execução** podem ser baixadas as peças da campanha institucional com o tema "Não deixe que uma dívida trabalhista vire um peso desnecessário" e acompanhadas as notícias de cada TRT sobre os preparativos e soluções encontradas pelos Regionais para maior êxito da Semana.

(Marta Crisóstomo/TST e Ascom/CSJT)

Hugo Scheuerman e Alexandre Agra Belmonte são indicados para ministros do TST

Hugo Carlos Scheuermann, do TRT da 4ª Região (RS), e Alexandre de Souza Agra Belmonte, da 1ª Região (RJ), são os dois desembargadores indicados pela presidente da República, Dilma Rousseff, para preencher vagas de ministros do TST. Os dois magistrados foram escolhidos pela presidente a partir de duas listas tríplices apresentados pelo Tribunal. Eles serão submetidos a sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e, sendo aprovados por maioria absoluta, serão nomeados pela presidente da República e tomarão posse nas vagas anteriormente ocupadas pela ministra Rosa Weber, hoje ministra do STF, e Milton de Moura França, que se aposentou em março. Veja **matéria com currículo** dos indicados.

(Secom/TST)